

Como tirar a saúde da UTI

PAULO MANDARINO

23 JUL 1994

O problema da saúde no Brasil é tão grave que já assume proporções de calamidade pública. Os hospitais da rede oficial, particularmente as unidades mantidas pelos estados ou conveniados com o Governo Federal, estão totalmente sucateados, os médicos e demais servidores comparecem mais às assembléias para discutir salário e formas de paralisação do que ao local de trabalho. Outros profissionais preferem trabalhar por conta própria ou tentar uma vaga nos hospitais particulares, desestimulados com os baixos salários do setor público.

O ministro da Saúde tem se desdobrado numa desigual queda-de-braço com a área econômica na tentativa de conseguir mais recursos para a saúde, como se o problema interessasse apenas ao ministro e não ao Governo como um todo. Quando o Tesouro Nacional gastou 589 bilhões de cruzeiros reais com a saúde, no mês de abril último, o ministro da Fazenda enalteceu o esforço do Governo para atender o setor. Entretanto, esse desempenho não merece qualquer aplauso.

Estudos realizados pelo próprio Ministério da Saúde revelam que o Brasil gasta anualmente com saúde apenas 47 dólares por habitante, enquanto países como Bolívia e o Paraguai gastam de três a

quatro vezes mais. Esse desempenho coloca o Brasil em 74º lugar entre os países que menos gastam com saúde, apesar de estar entre as 10 maiores economias do mundo.

Sem merecer a devida prioridade, a área de saúde acabou na UTI e só um esforço conjunto do Governo e do Congresso Nacional, com o apoio de toda a sociedade, poderá evitar o colapso irreversível do sistema. Além de investir pouco, o Governo aplica mal os recursos da saúde, paga com atraso os hospitais conveniados e permitiu o sucateamento até dos hospitais da Fundação Nacional de Saúde, que sempre prestaram valiosa assistência às populações carentes do interior do País.

Esse quadro tende a se agravar ainda mais com a implementação do Plano Real, pela elevação dos custos hospitalares e dos medicamentos, além do achatamento salarial dos profissionais da área de saúde, o que poderá ampliar os movimentos grevistas, particularmente nos hospitais públicos. Mesmo não convivendo com a rotina das greves, os estabelecimentos particulares estão procurando cada vez mais se afastar dos convênios com o Governo, por discordarem do atraso crônico no repasse dos recursos para a rede hospitalar conveniada.

Quem mais sofre com isso são os pacientes sem condições de recorrer à medicina privada. Os leitos nos hospitais públicos, que já chegaram a representar 45% da rede hospitalar, hoje não chegam a 30%. O orçamento do Ministério da Saúde para este ano destinava inicialmente 9,1 bilhões de reais para o setor. O ministro pretendia elevar esses recursos para cerca de 14 bilhões, mas já se conformou em receber pelo menos mais 1,4 bilhão de reais previstos na revisão orçamentária. Com isso, o Governo acaba investindo apenas 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de saúde, colocando o Brasil atrás de países como a Índia e El Salvador.

Se não houver maior empenho no Congresso Nacional e da própria sociedade em enfrentar tanta má vontade do Governo, o país certamente assistirá o agravamento do quadro da saúde pública, inclusive com o retorno de epidemias que imaginávamos erradicadas com a dengue, cólera, entre outros. O que não podemos é assistir passivamente ao país afundar na crise da saúde sem tentarmos alternativas para a superação do problema.

■ Paulo Mandarino é economista e deputado federal pelo PPR-GO